

Uma proposta que até hoje não conseguiu sair do papel

Das 14 empresas estatais incluídas no programa de privatização do Governo Sarney, apenas três tiveram seu destino de fato alterado nos últimos cinco anos: a Cofavi e a Usiba, que foram para as mãos do capital privado, e a Cosim, que acabou fechada. A proposta de redução da ingerência do Estado na economia, diante da morosidade das decisões e sobretudo, da execução das decisões, transformou este discurso numa enfadonha cantilena, que perdeu credibilidade com as sucessivas listas divulgadas e revistas.

Logo que assumiu o Governo, o Presidente João Figueiredo anunciou a criação de uma Comissão de Privatização, que transferiria para o setor privado mais de cem empresas. A meta não saiu do papel: a Comissão apenas inchou ainda mais a máquina da burocracia. Figueiredo deixou o Governo tendo vendido apenas algumas companhias públicas, todas

de menor expressão econômica. Mas a Nova República anunciava ares de eficiência e vigor capazes de emprestar crédito à cantilena da privatização. A cada virada de ano anunciava-se que, desta vez, esta e aquela estatal não escapariam da privatização. Mas elas continuavam escapando.

Os principais obstáculos, apontam os empresários, são a forma emocional como o tema é tratado pelos políticos e pela burocracia, que o transformaram numa bandeira política, e a resistência dos funcionários das estatais na alça de mira, organizada para derrubar qualquer tentativa de ver suas companhias administradas pelo capital privado.

Do ponto de vista jurídico, o Presidente Collor tem o campo aberto à sua frente: pela Constituição, apenas não podem ser privatizadas a Petrobrás, a Telebrás e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.